



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

AVISO

1 - Para efeitos do disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação (doravante Portaria) e nos termos do estipulado no artigo 33º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP), aprovada pelo artigo 2º da Lei nº35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal, de 10 de março de 2021, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação integral do aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Assistente Operacional (Jardineiro) para o Serviço de Jardins e Espaços Verdes da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos.

2 - De acordo com a solução interpretativa da Direção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, as Autarquias Locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito de procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação uma vez que, nos termos do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, no seu artigo 16º, na administração autárquica o exercício das competências previstas para a entidade gestora do sistema de requalificação nas Autarquias Locais compete a uma entidade gestora da requalificação nas autarquias (EGRA), relativamente aos respetivos processos de reorganização e trabalhadores, a constituir no âmbito de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal e que no âmbito de aplicação de procedimentos previstos no regime de requalificação é o da área da entidade intermunicipal, sendo as Autarquias Locais, nos termos do artigo 16º-A do Decreto referido, gestoras subsidiárias enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento.

3 - Local de trabalho: Área do Município de Condeixa-a-Nova.

4 - Caracterização do posto de trabalho: No âmbito geral, as funções a exercer são as constantes do Anexo ao nº2 do artigo 88º da LTFP, de acordo com o conteúdo funcional da categoria de Assistente Operacional correspondente ao grau 1 de complexidade, nomeadamente, proceder trabalhos de manutenção dos espaços verdes públicos urbanos; realizar acções de controlo fitossanitário e manutenção das espécies vegetais existentes nos espaços públicos; Efetuar a manutenção, reparação e programação de sistemas de rega existentes nos jardins e espaços verdes públicos; Plantar árvores, arbustos e herbáceas; Semear e instalar relvados incluído a preparação prévia do terreno; Realizar fertilizações e adubações; Corte de herbáceas por meios manuais, mecânicos e/ou químicos nos jardins, incluindo nos seus arruamentos, caminhos e passeios confinantes; Efetuar a limpeza de espaços verdes, canteiros e floreiras; podar exemplares arbóreos e arbustivos; Operar com máquinas e ferramentas diversas necessárias à realização das tarefas inerentes à função de jardinagem e zelar pela manutenção e conservação



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

das mesmas; Zelar pela manutenção e conservação dos equipamentos e viaturas utilizados na execução das tarefas atribuídas.

5 - Posicionamento remuneratório de referência: De acordo com o estabelecido no artigo 38º da LTFP e Lei do Orçamento de Estado em vigor, a posição remuneratória de referência é a correspondente à 4ª posição remuneratória e nível 4 da tabela remuneratória única da carreira de Assistente Operacional (665,00€).

6 - Requisitos de admissão:

Requisitos Gerais - Os previstos no artigo 17º, da LTFP e que são os seguintes:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

7 - Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita este procedimento.

8 - Em cumprimento do estabelecido no nº 3 do artigo 30º da LTFP, o recrutamento inicia-se sempre de entre trabalhadores detentores de um vínculo emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

9 - Tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir a atividade municipal, em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho, por aplicação do constante do parágrafo anterior, o recrutamento é efetuado de entre trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, conforme prevê o nº 4 e n.º 5 do artigo 30º da LTFP.

10 - Nível habilitacional: Escolaridade obrigatória, de acordo com a idade do candidato, não se admitindo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

11 - Forma e prazo para apresentação de candidaturas:

11.1 - Prazo: 10 dias úteis, a contar da publicação integral do aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP).

11.2 - Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível na página eletrónica (www.cm-condeixa.pt) e entregues por correio eletrónico para o endereço geral@cm-condeixa.pt.



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

11.3 - O formulário tipo é de uso obrigatório, deve conter todos os elementos constantes do nº 1 do artigo 19º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação e ser acompanhado dos documentos previstos nos nºs 2 e 3 do artigo 20º da mesma Portaria.

11.4 - As candidaturas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Curriculum vitae detalhado, devidamente datado e assinado pelo candidato, devendo ser acompanhado por fotocópia simples dos documentos comprovativos dos factos aí referidos;
- b) Fotocópias dos certificados de habilitações literárias e da formação profissional relacionada com a área funcional do posto de trabalho a que se candidata;
- c) Fotocópia dos documentos comprovativos da experiência profissional;
- d) Para os candidatos com relação jurídica de emprego público, declaração atualizada, com data reportada ao prazo estabelecido para a apresentação das candidaturas, emitida pelo serviço de origem a que o candidato pertence, da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público de que é titular, da carreira e categoria, posição e nível remuneratório e descrição das funções desempenhadas.

12 - As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

13 - Métodos de seleção:

Referência 1 – Avaliação Curricular (AC) e Entrevista Profissional de Seleção (EPS) a aplicar aos candidatos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado que, estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho em causa, bem como candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, salvo se expressamente afastado por escrito pelos mesmos, ambos eliminatórios de “per si”.

Referência 2 – Prova Prática de Conhecimentos (PPC) e Avaliação Psicológica (AP) para os demais candidatos complementadas por Entrevista Profissional de Seleção (EPS), igualmente eliminatórios de “per si”.

13.1- A Avaliação Curricular será aplicada e classificada conforme previsto na alínea a) n.º 2 do artigo 36º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (doravante designada LTFP) na sua atual redação, conjugado com o disposto nos artigos 5º e 9º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril (doravante Portaria) na redação introduzida pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, e visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

A avaliação Curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples ou ponderada das classificações dos elementos a avaliar e segundo a aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = [(0,5HA) + (FP) + (2EP) + (0,5AD)]/4$$



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Em que: AC = Avaliação Curricular; HA = Habilitação Académica; FP = Formação Profissional; EP = Experiência Profissional; AD = Avaliação de Desempenho.

13.2 - A Entrevista Profissional de Seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, através de uma relação interpessoal entre o entrevistador e o entrevistado, experiência profissional e aspetos comportamentais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, ponderando-se os seguintes fatores: Experiência Profissional na Administração Local, Experiência Profissional na área a recrutar, Capacidade de Comunicação, Relacionamento Interpessoal e Motivação e Interesse. Estes parâmetros serão avaliados através dos níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

A classificação final da entrevista profissional de seleção resulta da média aritmética simples dos valores atribuídos a cada fator, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EPS = [A + B + C + D + E] / 5$$

13.3 - Classificação final da referência 1: será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará das seguintes fórmulas:

$$CF = (AC \times 70\%) + (EPS \times 30\%)$$

Em que: CF = Classificação final; AC = Avaliação curricular; EPS = Entrevista Profissional de Seleção.

13.4 – A Prova Prática de Conhecimentos Será aplicada e classificada conforme previsto na alínea a) do n.º1 do art. 36.º da LTFP, conjugada com o disposto nos artigos 5.º e 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril com as seguintes especificidades:

Visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou profissionais e as competências técnicas necessárias ao exercício da função a desempenhar;

A prova é valorada de 0 a 20 valores, considerando-se excluído(a)s o(a)s candidato(a)s que obtenham nota inferior a 9,50 valores;

Comporta uma única fase, é de realização individual, terá a forma prática com a duração máxima de 30 minutos.

A prova prática de conhecimentos incidirá sobre conteúdos de natureza prática, diretamente relacionados com as exigências da função, nomeadamente:

Limpeza de espaços públicos;

Utilização e manutenção de máquinas de corte de ervas e relva, em segurança;

Operações de manutenção e programação de sistemas de rega;

Técnicas de plantação

Trabalhos de controlo fitossanitário e manutenção das espécies vegetais existentes nos espaços públicos.

Na prova prática de conhecimentos serão considerados os seguintes parâmetros de avaliação de cada uma das tarefas:

Compreensão e atitude perante a tarefa;



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Aptidão e qualidade na execução da tarefa;

Regras de segurança do trabalho;

Avaliação de conhecimentos específicos;

Celeridade na execução.

Classificação da Prova: resulta da soma aritmética simples de valoração obtida em cada um dos parâmetros de avaliação, numa escala de 0 a 20 valores até às centésimas, nos seguintes termos:

$$PC = A + B + C + D + E$$

Em que: PC = Prova de conhecimentos; A = Compreensão e atitude perante a tarefa; B = Aptidão e qualidade na execução da tarefa; C = Regras de segurança do trabalho; D = Avaliação de conhecimentos específicos; E = Celeridade na execução.

13.5 - A Avaliação Psicológica visa analisar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido.

A avaliação psicológica é valorada, para os candidatos que a tenham completado, através de níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

13.6 - À Entrevista Profissional de Seleção serão aplicados os mesmos critérios constantes na EPS da referência 1.

13.7 - A Classificação Final (CF) dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará das seguintes fórmulas:

$$CF = (PPC \times 45\%) + (AP \times 25\%) + (EPS \times 30\%)$$

Em que: CF = Classificação Final da referência 2; PPC = Prova Prática de Conhecimentos; AP = Avaliação Psicológica; EPS = Entrevista Profissional de Seleção.

14 - Os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,50 valores em qualquer dos métodos de seleção, consideram-se excluídos do procedimento, não lhe sendo aplicado o método seguinte.

A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção, que exijam a sua presença, equivale à sua exclusão do procedimento.

15 - Em caso de igualdade na classificação final entre candidatos, os critérios de preferência a adotar são os previstos no artigo 27.º da Portaria n.º 125 – A/2019, de 30 de abril.

16 - Composição do Júri:

Presidente: Helena Maria Veiga Gonçalves Bigares, Chefe da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos.

Vogais efetivas: Maria Teresa Ferreira Loio Pires Nujo, Coordenadora Técnica e Manuel Bento Rodrigues Cardoso, Assistente Operacional.



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Vogais Suplentes: Cidália Maria dos Santos Oliveira, Técnica Superior e Paula Cristina Sebastião Pereira Simões, Assistente Técnica.

A Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituída pela vogal efetiva Maria Teresa Ferreira Loio Pires Nujo.

17 - As atas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

18 - A lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações deste Município e disponibilizada na página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2ª Série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação.

19 - Estando em causa razões de celeridade do procedimento e caso se justifique, os métodos de seleção a aplicar serão utilizados de forma faseada nos termos do n.º 3 do artigo 7º da Portaria n.º 125 – A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, da seguinte forma:

19.1 - Aplicação, num primeiro momento, à totalidade dos candidatos apenas do primeiro método obrigatório;

19.2 - Aplicação do segundo método e dos métodos seguintes apenas a parte dos candidatos aprovados no método imediatamente anterior, a convocar por tranches constituídas por dez candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades.

20 - Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato portador de deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Estes devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção.

Condeixa-a-Nova, 16 de junho de 2021

O Presidente da Câmara

Nuno Moita da Costa